

Revista

HOSPITALIDADE

ISSN 1807-975X

V. VI, número 2 - Dezembro 2009

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ELEMENTO DE SOCIALIZAÇÃO PARA JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO¹

EDUCATIONAL HERITAGE AS A FACTOR OF SOCIALIZATION
FOR YOUTH AT RISK

LA EDUCACIÓN COMO UN FACTOR DE SOCIALIZACIÓN
DE LOS JÓVENES EM RIESGO

Nathalie Danif Moreira de Faria²

Ellen Fensterseifer Woortmann³

RESUMO: Com base em estudos, entrevistas e pesquisas, este artigo mostra como uma educação que se utiliza do patrimônio de uma localidade pode funcionar como um instrumento de socialização e cidadania para jovens em situação de risco⁴ de determinado grupo social,

1 Artigo baseado na dissertação apresentada no curso de Mestrado Profissional em Turismo, do Centro de Excelência em Turismo, Universidade Brasília. Ver referência Faria (2008).

2 Turismóloga – Centro Universitário Newton Paiva, Mestre Profissional em Turismo - Universidade de Brasília. E-mail: ndanif@yahoo.com

3 Graduação e especialização em História pela UNISINOS, mestrado e doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília. Coordena o Mestrado Profissional em Turismo do CET/ UnB e o Grupo de Pesquisa do CNPq: Memória e Patrimônio Alimentar: tradição e modernidade. E-mail: ellen@unb.br

4 Jovens que têm maior propensão a uso de drogas e a cometerem delitos como crimes contra pessoa física, contra o patrimônio e furtos devido a suas histórias passadas e dificuldades no meio familiar, como fatores de ordem econômica, bem como de alguns desequilíbrios. Para mais detalhes ver Lei nº 147/99 (Lei de proteção de crianças e jovens em perigo).

em especial, a cidade de Sabará, Minas Gerais. A Educação Patrimonial tem como principal objetivo fazer com que as pessoas percebam e entendam o cenário da cidade onde vivem em seus aspectos social, econômico e político, permitindo assim, a criação de um olhar crítico sobre as questões que as cercam.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial. Sociedades. Educação. Patrimônio. Cidadania.

ABSTRACT: Based on studies, interviews and researches, this paper shows how an education that uses the heritage of a city can function as an instrument of socialization and citizenship for young people at risk of a particular social group, Sabará, Minas Gerais. The Educational Heritage has as main objective to make people realize and understand the landscape of the city where they live in their social, economic and political sphere, creating a critical look at the issues surrounding them.

KEYWORDS: Educational Heritage. Societies. Education. Heritage. Citizenship.

RESUMEN: Con base en estudios, entrevistas y pesquisas, este artículo muestra cómo la educación que utiliza el patrimonio de una ciudad puede funcionar como un instrumento de socialización y de ciudadanía para los jóvenes en riesgo de un determinado grupo social, en particular de la ciudad de Sabará, Minas Gerais. La Educación Patrimonial tiene como objetivo principal dar a conocer y comprender el paisaje de la ciudad donde vivimos en sus aspectos social, económico y político, creando así, una mirada crítica a las cuestiones relacionadas a nosotros.

PALABRAS CLAVE: La Educación Patrimonial. Las comunidades. La educación. El patrimonio. La ciudadanía.

INTRODUÇÃO

É certo afirmar que toda sociedade possui uma cultura, certos costumes que a diferem de outras sociedades. E o indivíduo que se identifica com a ideologia existente em uma determinada localidade sente-se, de alguma forma, ligado a ela, tendo um comportamento que busca sempre resguardar e/ou aprimorar os valores que simpaticamente o aproximam

daquele grupo. (OLIVEIRA; SOARES, 2007). O pensamento é lógico, por isso, quando não há identificação indivíduo/patrimônio alguns problemas sociais podem acontecer.

Com o intuito de diminuir os impactos negativos de certos problemas sociais presentes na cidade de Sabará e que resultam na degradação do patrimônio histórico cultural local, foi criada a dissertação de mestrado *Curso de Educação Patrimonial Profissionalizante: instrumento de inserção social para jovens de 14 a 18 anos moradores da cidade de Sabará*, em que a Educação Patrimonial é o meio para alertar os jovens e as sociedades da referida cidade sobre seus direitos e deveres como cidadãos através do patrimônio local.

Para se explicar a importância do curso dentro de Sabará é necessário dizer que esta é uma das muitas cidades coloniais mineiras, dispendo de vasto legado cultural expresso principalmente pelas edificações e pelas festividades religiosas. Entretanto, o patrimônio edificado vem sofrendo intervenções por meio de pichações e de inscrições⁵ feitas pelos próprios jovens residentes na localidade⁶. Assim, o curso apresentado na dissertação do Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília (UnB) busca, através da prática das artes e ofícios do século XVIII/XIX presentes em Sabará, mostrar aos jovens a importância do legado cultural da cidade para construção e reconstrução de sua história e de sua identidade, dando-os a oportunidade de se qualificarem, facilitando assim, a entrada desses atores sociais no mercado de trabalho. Para isso, o curso de Educação Patrimonial Profissionalizante trabalhará a relação mestre/aprendiz, em que os profissionais municipais da área de restauração passarão os seus conhecimentos para gerações mais recentes, possibilitando além da empregabilidade, a continuação das práticas de artes e de ofícios antigos para o manutenção do patrimônio e da memória local. O uso de técnicas tradicionais da época de construção desses edifícios fará com que não haja a descaracterização do bem durante a sua restauração.

É comum encontrar moradores de determinados lugares que desejam o desenvolvimento “espelhado” do lugar onde vivem com outras cidades maiores ou que proporcionem algo que não encontrem no lugar onde moram. Esse comportamento explicita uma falha no elo entre o morador e sua localidade, fazendo com que seja criada uma afeição maior por outra localidade que o satisfaça mais em certos aspectos. É o desejo de viver em outro espaço que não o seu. Exemplo disso é expresso por Peixoto (2007), quando diz que os niteroienses se

⁵ Foi diferenciado aqui inscrição de pichação. As inscrições seriam quaisquer mensagens escritas com equipamentos diferentes do spray, que é característico da pichação.

⁶ Pesquisas da Rede Colaborativa de Sabará citam os jovens da cidade como um dos responsáveis pela degradação local.

sentem inferiores aos cariocas, pois Niterói não é enaltecida tanto quanto a cidade do Rio de Janeiro. O desejo de ser o outro vem do não entendimento ou valoração do que lhe pertence. Isso quer dizer que toda localidade tem belezas, valores, atrativos, que são revelados através da sua história, que consiste na busca da ancestralidade, ou seja, “*uma memória referida a emblemas de etnicidade nos costumes, na história, na linguagem, nos artefatos, enfim, tudo aquilo que no passado possa servir de marco de referência para a confirmação e legitimação de uma posição social atingida no presente.*”. (LEWGOY, 1992, p.274).

Todavia, o ato de desvalorizar o que identifica o próprio indivíduo e dar mais atenção ao que é do outro gera a banalização daquilo que é a essência do grupo, sua história, sua etnicidade, seu patrimônio. Essa falta de identificação com o espaço em que se vive pode causar danos sérios à localidade, pois gera insatisfação ou deslocamento do indivíduo de seu contexto por não compartilhar das mesmas ideologias e valores do grupo a que pertence, podendo acarretar o desrespeito à cultura local e a não cooperação para o manutenção e a saúde do próprio grupo. Esse comportamento pode culminar com a exclusão social de indivíduos da mesma sociedade, dificultando ainda mais as relações sociais.

Como o presente se estabelece por uma releitura do passado, espaço temporal representado pelo patrimônio ou legado cultural, é possível perceber a importância e o papel do patrimônio na estruturação da sociedade, na construção e na reconstrução da sua memória (ECKERT, 1993). E, por isso, o trabalho conjunto entre educação, legado cultural e sociedades é tão importante e urgente.

A forma como o tema Educação Patrimonial é tratada nesse artigo, ou seja, o uso do patrimônio para a educação cultural de pessoas, a promoção da cidadania e a oportunidade empregatícia atende às orientações de instituições nacionais e internacionais que visam a democratização dos saberes, o ensino de qualidade e uma facilitação na entrada do mercado de trabalho, sendo elas os Ministérios do Trabalho, da Educação e do Turismo e a OMT (Organização Mundial do Turismo).

A metodologia utilizada para a construção desse texto foi a coleta de informações, por meio de pesquisas em livros e em artigos, que tratam dos temas Educação Patrimonial, sociedade, educação, patrimônio, cidadania.

Espera-se com este artigo mostrar aos órgãos públicos, às empresas privadas e às sociedades uma nova maneira de se ver a questão patrimonial, buscando sempre o desenvolvimento social das localidades.

A Educação Patrimonial

Faz-se necessário, primeiramente, discorrer sobre o conceito de patrimônio para que seja possível entender o significado do termo Educação Patrimonial. A palavra patrimônio vem do latim *patrimonium* e se remete à “*propriedade herdada em oposição a uma propriedade adquirida*”. (GONÇALVES *apud* TAMASO, 2002). Os ingleses adotaram *heritage*, “*aquilo que foi ou pode ser herdado*”. (FUNARI; CARVALHO, 2005). Merillas (2003) diz que patrimônio são todos os bens herdados pelos ascendentes, sendo esses bens caracterizados como materiais e imateriais, naturais e culturais. É, segundo Cardona *apud* Merillas (2003, p. 30, tradução nossa), um “*conceito polissêmico que experimenta um contínuo processo de desconstrução e reconstrução*”, ou seja, o patrimônio se constrói, destrói e reconstrói para se adequar às concepções ideológicas de uma época. Se em sua origem o patrimônio era caracterizado pelos monumentos edificadas, hoje é representado por tudo que reflita a herança cultural de um povo “*o qual determina um sentido de pertença a suas produções distintas e imaginário simbólico*” (UZCÁTEGUI *apud* MERILLAS, 2003, p.30, tradução nossa). Como elemento pertencente à construção da memória, o patrimônio é a apropriação da cultura, é a “*individualidade coletiva*”⁷, ou seja, a identificação do próprio homem na cultura em que vive, saber se reconhecer naquilo que vê nos outros, por isso, a antinomia entre indivíduo e coletividade.

Diante do exposto fica mais fácil então entender o significado da expressão *Educação Patrimonial*, que é a ação educativa sobre os valores coletivos existentes em um determinado grupo, consistindo na transmissão de informações sobre os saberes e fazeres de indivíduos antepassados para as gerações atuais. É, portanto, um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural, possibilitando aos indivíduos um melhor usufruto de seus bens e favorecendo a geração de novos conhecimentos num processo contínuo de criação cultural. (HORTA *apud* RANGEL, 2002). Bezerra (2006) se aprofunda nessa conceituação quando diz que

[...] educar é um ato político que visa à formação de sujeitos críticos que utilizem o conhecimento construído na escola para lutar pelos seus direitos. Esses direitos que incluem o acesso aos bens culturais são constituintes da cidadania. Isto posto, entendo que a escola forma cidadãos e não agentes do patrimônio cultural. Então, educação patrimonial é...educação. (BEZERRA, 2006, p.83).

⁷ Termo utilizado por Handler (2002).

Este trabalho educacional deve ter o patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento, tratando-o como produto da comunidade que a elas se identifica e que é responsável por sua permanência e vitalidade.

No Brasil, a expressão educação patrimonial foi usada pela primeira vez em 1983 (HORTA, 2005), a partir de um seminário realizado no Museu Imperial, em Petrópolis, no Rio de Janeiro e desde tal época se trabalha o tema mesmo que devagar. A validade e a pertinência do tema foram se consolidando através da prática e do desenvolvimento de metodologias, sendo aqui referenciado, o estado do Rio Grande do Sul com as experiências das cidades São Miguel das Missões e Antônio Prado, dentre muitos. A produção literária sobre o assunto é abundante no sul do país, referenciando-se aqui o livro “O patrimônio em sala de aula”, de Bessegatto (2004) e o caderno de resumos do I Encontro Sul-Brasileiro de Educação Patrimonial (2001), que faz parte do projeto NUPEP (Núcleo de Pesquisa de Educação Patrimonial) para divulgação e preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do sul do país. O trabalho de tais instituições não se limita à educação do aluno, inclui também a do professor. Um exemplo disso, segundo Ribas (2001), é o curso de Especialização em Educação Patrimonial da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que começou com o curso de extensão em Educação, Patrimônio e Cidadania. Essa atividade tem colaborado para a produção de conhecimento científico na área, que viabiliza o resgate da memória de uma série de instituições, associações, grupos humanos e modos de vida locais.

O patrimônio é a ponte entre o passado e o presente. E o entendimento dessa passagem temporal acontece quando é feita constante leitura e releitura desse legado cultural. (ECKERT, 1993). Logo, ter acesso, conhecer a origem e a história do lugar onde mora, por exemplo, é conhecer a própria história do indivíduo, o que é direito de todos, independentemente da idade ou nível escolar. Esse conhecimento faz com que seja constituído no homem o sentimento de identidade.

Outro ponto de extrema importância no estudo do patrimônio é entender o objetivo de se educar as pessoas com relação ao seu legado cultural. A necessidade de se estudar o patrimônio vem da sua importância na construção e manutenção da memória das sociedades. Os acontecimentos ocorridos no passado, tidos como importantes para as gerações que os vivenciaram, são repassados às gerações posteriores através de simbologias presentes na gastronomia, no jeito de vestir, de se alimentar. À medida que esses elementos dotados de caráter simbólico se afirmam ou são desacreditados pelas novas gerações, esses elementos

são banidos ou ressignificados dentro dessa mesma sociedade. Isso mostra que o patrimônio conta uma história, cria conceitos dentro do grupo que são vivenciados e experimentados por esses indivíduos. Conhecer essas simbologias e esses elementos simbólicos é ter domínio ou, ao menos, noção do que acontece no espaço e no tempo. É compreender a realidade, despertando, assim, a consciência do indivíduo em questões que o afetam direta ou indiretamente como a economia, a política, enfim, todo o ambiente. Dessa forma, a educação patrimonial tem uma função estruturante na formação do cidadão, que segundo Rangel é

[...] promover, a partir do meio, sobre o meio e para o meio, a percepção da importância de preservar nosso patrimônio cultural, buscando a apropriação dos bens culturais por parte da sociedade brasileira, co-gestora, fruidora e principal destinatária desses bens, e a sua participação direta e efetiva nas ações de proteção de nossos bens culturais. (RANGEL, 2002, p.16).

Esse é o papel socializante da Educação Patrimonial: formar cidadãos. Tendo em vista a amplitude do tema, o educador patrimonial deve levar em conta o conhecimento histórico e social do local a ser trabalhado, precisa ter facilidade de se comunicar com os alunos e de trocar experiências, bem como estar aberto a novas realidades e idéias. O seu papel é demonstrar aos alunos a existência dos diversos campos de memórias e lugares de fala, a sua hierarquização e o esclarecimento de questões sociais locais através do patrimônio. É fazer com que o aluno pense e questione a sua situação através do legado cultural, pois o legado cultural é o meio para se construir a relação entre identidade e comunidade local, e não o fim. Situando a Educação Patrimonial no campo das leis e normas, é imprescindível observar, segundo Casco *apud* Bezerra (2006), que não há como criar normas e metodologias para a prática da atividade, pois cada projeto deve levar em conta as singularidades de cada contexto. Há também os casos de adaptações ou reprodução de metodologias, porém, as adaptações e as reproduções podem acarretar em falhas e “*o problema não está na metodologia proposta, mas na sua utilização de forma indiscriminada e acrítica.*” (BEZERRA, 2006, p.80). Isso faz com que não se tenha um manual para o ensinamento desses alunos, cabendo ao professor construir ou adaptar didáticas que aproximem o conhecimento a ser passado da realidade do corpo discente, para melhor aproveitamento do ensino. Para isso, a aprendizagem da educação patrimonial deve ser transversal.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS *apud* MORAES, 2006, p.8).

Essa transversalidade motiva a sensibilização, permitindo a interação dos jovens com o seu ambiente. Silveira e Bezerra (2007) falam sobre essa necessidade de

[...] se substituir a conscientização pela sensibilização e participação crítica acerca do valor da paisagem patrimonial [...]. Tal perspectiva deve ser considerada num sentido bastante amplo, tomando as paisagens [...] como horizontes possíveis de serem considerados. [...] Sendo assim, é preciso que a participação dos grupos sociais vinculados aos bens por intermédio de práticas sociais e simbólicas cotidianas seja levada em consideração, a fim de que os mesmos reflitam acerca do valor que sua cultura (atual ou ancestral) apresenta para contextos sociais mais amplos, num sentido nacional e transnacional. (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p.88)

É de se pensar que demonstrada tamanha importância do patrimônio cultural na formação do cidadão e saúde social, por que não é percebida uma ligação expressiva entre a maioria dos brasileiros e o seu local de pertença? Uma explicação para tal fato é que o surgimento dos ideários de conservação brasileiros ocorreu durante o governo autoritário de Getúlio Vargas. Precisamente no ano de 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os responsáveis pela escolha e “patrimonialização” dos bens eram os arquitetos. Assim, para a época, patrimônio eram os bens⁸ edificados que possuíam uma beleza arquitetônica ou tinham algum valor extraordinário que os fizessem especiais⁹. Dessa forma, a idéia criada no Brasil do que tinha valor patrimonial eram as construções, chamadas na época de “pedra e cal”, pois a pedra e a cal eram elementos característicos das primeiras construções histórico-culturais escolhidas pelo governo como passíveis de serem transformadas em patrimônio oficial. Os bens arquitetônicos coloniais e com influência estrangeira eram o núcleo primacial de nosso patrimônio. Fonseca (2005) relata que

[...] a noção de valor histórico adotada pelo SPHAN dos anos 40 era balizada pela historiografia da época [...] e pelos imperativos teóricos e práticos da preservação. [...] A prioridade dada aos monumentos arquitetônicos, e dentre esses, a arquitetura religiosa (luso-espanhola) se justificava [...] pelo traço da civilização brasileira. (FONSECA, 2005, p.108).

Hoje, o conhecimento sobre o patrimônio é mais amplo e por isso, a Educação Patrimonial busca transmitir aos educandos a noção de que a cultura é um processo social, partici-

8 A denominação do patrimônio de “bem” expressa em si, além da idéia de materialidade, a idéia de diferença, comparação entre um objeto de maior valor econômico, administrativo e outro com qualidades inferiores. Embora o conceito de patrimônio tenha se modificado, o uso da terminologia do campo administrativo ainda vigora.

9 Para mais detalhes sobre a historicização do patrimônio no Brasil ver Fonseca (2005).

pativo, e não elitista como na época de criação das instituições responsáveis pela gestão do patrimônio, e que o patrimônio é muito mais do que edificações. Muitas sociedades, por não participarem do processo de escolha e tombamento¹⁰ dos patrimônios que as “representam”, não se importam com o destino e o estado de conservação dessas obras. Essa atitude governamental na maneira de lidar com o legado cultural faz com que muitas pessoas, ainda hoje, vejam como memorável apenas o patrimônio edificado e elitista. Ou seja, as construções exóticas e/ou pertencentes às classes mais abastadas que a sua própria.

Essa ideologia construída no período de criação do SPHAN contribuiu para a hierarquização patrimonial, que é uma valorização maior de certos elementos em detrimento de outros, como é o caso do centro/periferia, exótico/cotidiano, abastado/simples, passado/presente, sagrado/profano. (MANTECÓN, 2007). A hierarquização do legado cultural pressupõe a hierarquização da memória. Dessa forma, tornar memorável apenas os bens materiais e imateriais de uma pequena parcela da população faz com que a maioria, já excluída sócio-economicamente, seja também excluída do patrimônio e da memória social local. Se “patrimonializar” algo é torná-lo memorável, essa restrição social do que é memorável fada as memórias dos excluídos ao esquecimento. Pollak (1989) usa o termo “memória subterrânea” para retratar a história das minorias, que é “enterrada” em prol das histórias das elites.

Portanto, é esse o fim da adoção da Educação Patrimonial nas sociedades atuais: fazer da memória e do patrimônio um campo democratizado, onde todos os indivíduos têm participação na construção da história e se sintam responsáveis por ela. Essa responsabilidade virá na forma de atos mais conscientes sobre a gestão e a manutenção do seu local de moradia, o que inclui a gestão patrimonial e a manutenção da memória.

No próximo tópico será demonstrado um estudo de caso da cidade colonial mineira de Sabará sobre a idéia que seus moradores fazem do patrimônio local. Essa análise permitirá uma discussão sobre a importância da Educação Patrimonial para o contexto dessa sociedade.

Estudo de caso: cidade de Sabará

Sabará, localizada a aproximadamente 25 km do centro de Belo Horizonte, é uma das mais tradicionais cidades mineiras. Em seu sítio histórico pode-se encontrar grandes exem-

¹⁰ O tombamento é o reconhecimento oficial da importância histórica e/ou artística e/ou cultural de um bem móvel ou imóvel inscrito em, pelo menos, um livro de tomo, dos quais, a saber: Livro de Tombo de Belas Artes, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

plares do Patrimônio Histórico Cultural mineiro: a igreja Nossa Senhora do Carmo; a igreja Nossa Senhora do Ó, o conjunto arquitetônico da Rua D. Pedro II, o Teatro Municipal Casa da Ópera, o segundo mais antigo do Brasil, dentre outros. A cidade é conhecida pela riqueza de edificações e religiosidade de seu povo, o que a torna uma localidade turística. Isso faz com que haja vários projetos que visem o desenvolvimento do turismo local.

Contudo, o número de visitas ao acervo, se comparado às outras cidades coloniais mineiras como Ouro Preto e Mariana, é reduzido. Isso se deve, primeiramente, ao mau aproveitamento do acervo somado à série de incidentes e incêndios que afetaram o patrimônio edificado da cidade no ano de 2003, que resultou na solicitação, do Corpo de Bombeiros ao Ministério Público, do fechamento de algumas igrejas devido à falta de segurança¹¹ como a de Nossa Senhora do Ó, a de Nossa Senhora do Carmo e a de Nossa Senhora da Conceição. Depois dos fechamentos o município começou a tomar medidas mais direcionadas ao legado cultural como revitalização do centro histórico e eletrificação subterrânea. Mas, medidas ainda tímidas e mais voltadas para o aprimoramento econômico da atividade turística do que para o desenvolvimento social das comunidades. O segundo fator preponderante e problemático para o patrimônio local é o alto número de pichações e inscrições existentes no patrimônio local, comumente feito por jovens do município.

Diante deste cenário, marcado pela deficiência de gestão do patrimônio edificado e parco conhecimento da referida sociedade¹² sobre o seu legado cultural local, é criado o Curso de Educação Patrimonial Profissionalizante para jovens de 14 a 18 anos residentes em Sabará, baseado também em trabalhos anteriores feitos por Faria (2007; 2008).

Tendo o patrimônio como uma possibilidade de solucionar alguns dos problemas sociais de Sabará, pesquisas foram feitas para atestar a viabilidade da proposta do curso de Educação Patrimonial. Foram realizadas entrevistas com os sabarenses que lidam com a gestão patrimonial local, moradores antigos e jovens da localidade, sendo possível assim analisar conceitos e formas de pensar com relação ao patrimônio. Somente com o traçado dos conhecimentos sociais acerca do patrimônio é que foi possível avaliar quais informações eram necessárias passar ao público para que esse conhecesse a sua história.

11 Relatório entregue, no dia 10 de Agosto de 2003 pelo corpo de Bombeiros ao Procurador de Justiça e coordenador do Grupo Especial do Ministério Público Estadual para Proteção do Acervo cultural, Jarbas Soares Junior. Este relatório é o resultado de vistorias realizadas entre os meses de junho, julho e agosto de 2003, em 16 cidades históricas mineiras.

12 Ver Faria e Martins *et al* (2005) - *Educação Patrimonial em Sabará: Proposta e Ação do Projeto "Sabará – Memória e Vida"*.

Percebe-se nas entrevistas dos gestores que há uma preocupação com o patrimônio e o turismo, atividade que já contribui para valorização e conservação do legado cultural local. Entretanto, há certa dificuldade em como trabalhar o patrimônio para este ser aceito por toda a comunidade. Projetos que valorizem o patrimônio como a restauração de importantes elementos históricos locais e a formação de guias mirins (este ainda não implantado), buscam dar mais visibilidade à localidade, contudo a gestão é fragmentada. A Secretaria de Educação, por exemplo, não sabe das ações patrimoniais da Secretaria de Cultura, sendo assim, os órgãos gestores não compartilham suas idéias, o que dificulta a implantação das ações. O ex-Secretário de Turismo de Sabará, Eustáquio Zarley Almeida, ainda relata sobre a dificuldade que os municípios vivenciam em relação à política (FARIA 2008). As discontinuidades dos ideais políticos dos governantes interrompem a continuidade dos projetos ou cessam as atividades culturais. Assim, os gestores patrimoniais da cidade de Sabará, no campo do ideário e de projetos, contribuem muito para a conservação do legado cultural local. Porém, sozinhos não têm poder de transformação de consciências e de modificação social.

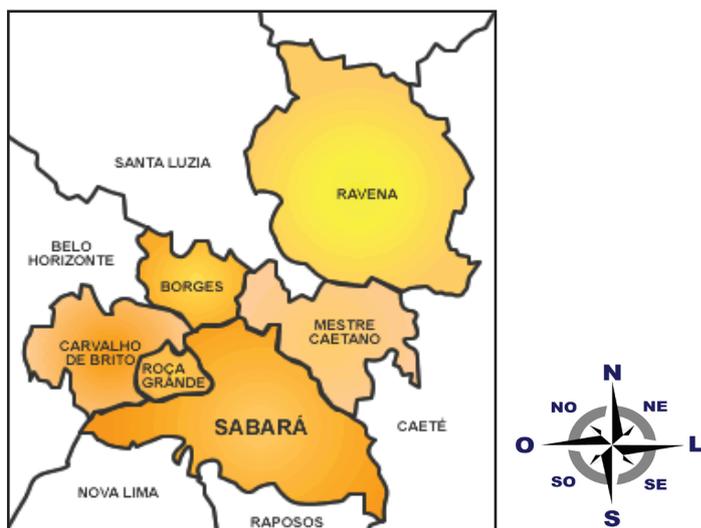
Com relação aos moradores mais antigos, é possível dizer que, aqueles que participam, de alguma maneira, da continuidade das tradições como organização ou participação em eventos religiosos têm um sentimento de afeto para com a cidade, conhecem um pouco da sua história, valorizando o local¹³. Mesmo aqueles que não participam diretamente respeitam as realizações, pois estas são importantes para algum membro da família ou amigos, gerando o respeito pelos acontecimentos. Esses moradores, comumente, habitam o distrito Sede do município, lugar caracterizado como o centro colonial da antiga Comarca de Sabará, onde o tradicionalismo e as práticas sociais eram mais expressivos e por isso, existem e/ou resistem ainda hoje. Mas, esses indivíduos acreditam que os moradores da periferia não conhecem e não respeitam o patrimônio local. Vários foram os relatos sobre vandalismo e mudanças nas estruturas festivas, que pelos entrevistados – dois ex-funcionários do IPHAN, um ex- secretário de turismo local, dois funcionários das Secretarias Municipais de Cultura e Turismo - são causados pelos moradores marginais, desconhecedores do valor das manifestações.

Se a visão dos moradores do distrito Sede é mais sensível à memória e à história ligadas ao período de criação e auge econômico-social da cidade – era da exploração aurífera -, o mesmo não ocorre com os moradores dos distritos periféricos. Isso porque, primeiramente,

13 A valorização é caracterizada mais pelas edificações dos séculos XVIII/XIX e pela religiosidade, expressa nas igrejas e acontecimentos religiosos. Ver Faria (2008).

esses moradores não convivem com o centro histórico. O município é muito extenso, sendo alguns deles mais próximos de Belo Horizonte do que do próprio distrito Sede de Sabará. Exemplo disso é que, excluindo-se os jovens com menos de 16 anos e os idosos, que somavam, em 2000, 39.266 habitantes, 57% da população em idade produtiva residia no município e trabalhava na localidade¹⁴, ou seja, 43% da população em idade produtiva não trabalhava em Sabará¹⁵. Outro aspecto relevante é a gestão centralizada do município em sua Sede, embora o Estatuto das Cidades pregue a participação popular nos processos administrativos das cidades. Tal fato acarreta na marginalização de 65,9% da população municipal.¹⁶

Figura 1 – Esquema do município de Sabará: Regiões e Distritos



Fonte: Sabaranet, 2007.

Nesse contexto, é necessário explicar que a sede administrativa do município de Sabará se localiza no distrito Sede que, de acordo com o Censo de 2000, contava com 39.328 habitantes. A soma da população dos outros distritos chegava a 76.024. Portanto, a cidade era administrada pela parcela representativa de 34% da população. Assim, a marginalização

¹⁴ Censo do IBGE de 2000.

¹⁵ Não foi possível identificar o número de desempregados dentro desse universo e nem comparar o ano de 2000 com dados mais recentes, pois estes ainda não estão disponíveis no IBGE. Trabalha-se a cidade baseando-se em dados defasados, de oito anos atrás

¹⁶ Porcentagem dos habitantes que residem fora do distrito Sede. Dados do Censo de 2000, disponível no site da Prefeitura. www.sabara.mg.gov.br.

aqui é expressa no sentido de que mais da metade da população não participa ativamente das questões político-sociais do município. Por isso, ações de inclusão social, como a Educação Patrimonial para pessoas de diferentes níveis sócio-econômicos são fundamentais, pois permitem a participação dos membros do município no processo de gestão da localidade em que vivem.

Em entrevistas com os jovens foi percebido esse distanciamento com o legado cultural. Quando perguntado a um deles se sabia sobre as histórias da cidade, a resposta obtida foi “no geral as pessoas sabem, o básico. A história aprofundada, não” ((FARIA, 2008). Transcrição da entrevista de Lucas Rossi, 15 anos). Embora digam conhecer um pouco da história do município, nenhum deles soube contar um fato histórico sequer ou a relevância de qualquer bem para a cidade. Embora estudem a importância de Sabará para a formação de Minas Gerais e o que têm como elementos representativos para a sua sociedade, não há atividades contínuas que permitam a experimentação do patrimônio fora da escola e de forma argumentativa. Assim, o conhecimento não é discutido, renovado ou recriado. Por isso não há a sua transmissão, fadando-o ao esquecimento. Essa fraca ligação com o patrimônio, quando desgastada, resulta nas depredações, caracterizadas pelas pichações e inscrições. O problema existente na geração atual pode se agravar nas próximas gerações. Caso isso aconteça, o patrimônio material e o imaterial de Sabará serão colocados em xeque.

De acordo com a Rede Colaborativa de Sabará (2004), entre os anos de 1997 a 2002, 780 crianças e adolescentes foram agentes de algum tipo de infração. O número representado pelos homens é de 77% do total. No entanto, quando verificado o número de adolescentes e crianças vítimas de infrações, no mesmo período, vê-se que tanto os homens quanto as mulheres sofrem algum tipo de violência. O número registrado foi de 801 infrações, sendo 48% contra as mulheres¹⁷. Logo, os adolescentes, homens e mulheres são prejudicados no atual cenário social. Dados do Conselho Tutelar e Polícia Militar local mostram, ainda, que em 2003 ocorreram 1.191 denúncias que envolviam, no total, 584 adolescentes de 15 a 18 anos, entre vítimas e agentes de infrações. A maioria das ocorrências foi contra pessoa física, contra o patrimônio e o uso de drogas.

17 Os números são bem menores do que o ano de 2003, pois, de acordo com a Polícia Militar da cidade, ainda faltam esclarecimentos sobre a forma e os critérios de coleta. Portanto, esses números, com relação ao ano de 2003, podem ser bem maiores. É preciso lembrar também que nem todas as infrações são registradas e nem toda vítima dá queixa contra seu agressor. Portanto, o número de infrações pode ser bem maior que o descrito.

Tabela1- Crianças e Adolescentes Agentes de Infrações (1997 a 2002)

ANO	CRIANÇAS AGENTES										TOTAL
	C/PES		C/PATR		C/COST		DROGAS		TOTAL		
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	
1997	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1
1998	1	1	3	1	1	0	0	0	5	2	7
1999	0	0	2	0	2	0	0	0	4	0	4
2000	3	0	4	0	3	0	0	0	10	0	10
2001	1	1	2	0	1	0	0	0	4	1	5
2002	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	10
TOTAL	5	2	13	1	7	0	0	0	25	3	37

Fonte: Rede Colaborativa de Sabará, 2004

Tabela 2 - Crianças e Adolescentes Vítimas de Infrações (1997 a 2002)

ANO	ADOLESCENTES AGENTES										TOTAL
	C/PES		C/PATR		C/COST		DROGAS		TOTAL		
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	
1997	79	32	81	8	5	0	3	0	168	40	208
1998	26	9	34	9	3	0	4	1	67	19	86
1999	44	15	53	9	5	1	8	3	110	28	138
2000	47	16	46	7	6	1	6	2	105	26	131
2001	32	13	37	11	4	0	5	1	78	25	103
2002	35	28	27	5	1	3	10	5	73	41	114
TOTAL	263	113	278	49	24	5	36	12	601	179	780

Fonte: Rede Colaborativa de Sabará, 2004

Dentro desse ambiente é que surgiu a idéia da construção do Curso de Educação Patrimonial Profissionalizante para jovens de 14 a 18 anos que moram em Sabará. Além da necessidade de se reavivar a memória social, foi detectada a dificuldade que esses jovens têm em entrar no mercado de trabalho¹⁸. O uso da Educação Patrimonial aqui é preponderante quando se percebe que a falta de sintonia ou elo afetivo entre o morador e o seu local de moradia torna esse indivíduo mais propenso a degradar e a não reconhecer o que é seu do que aquele indivíduo que gosta e vivencia os acontecimentos e as memórias do lugar onde mora.

Demonstrada a importância da Educação Patrimonial para Sabará, o próximo tópico descreverá como foi pensada a estruturação do Curso de Educação Patrimonial Profissionalizante.

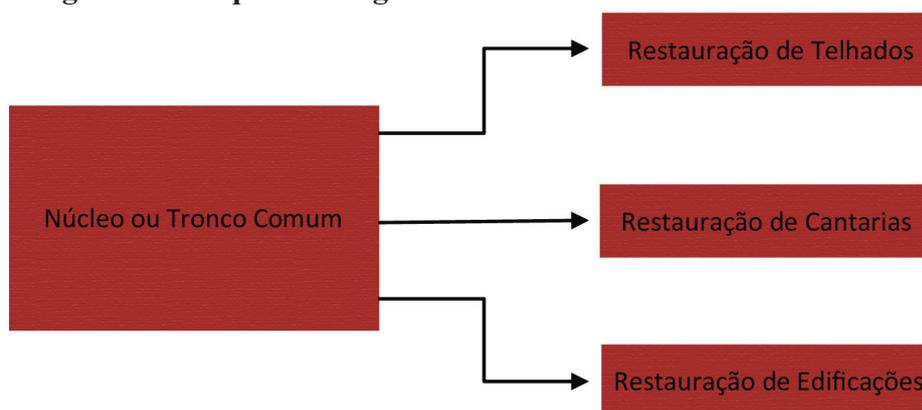
¹⁸ De acordo com a Rede Colaborativa da cidade (2004), no período de novembro de 2003 a fevereiro de 2004, dos 450 adolescentes atendidos pelo SINE (Sistema Nacional de empregos) local, apenas 36 tinham algum tipo de qualificação.

Sobre o Curso de Educação Patrimonial Profissionalizante

O Curso de Educação Patrimonial Profissionalizante para jovens de 14 a 18 anos, residentes no município de Sabará, segue os preceitos tanto do Ministério do Trabalho (1995), que visa à empregabilidade, quanto dos Ministérios da Educação, que dita o aperfeiçoamento humano e a preparação básica para o trabalho e a cidadania, e do Turismo, já que a informação, o planejamento e a gestão do legado cultural são elementos integrantes dos Macroprogramas do Plano Nacional de Turismo 2003-2010, para localidades com potencial desenvolvimento da atividade. Além do cumprimento dos critérios nacionais, um curso que enfoque a educação patrimonial também atende aos preceitos da Organização Mundial do Turismo (OMT), que discute em seus encontros os impactos positivos da educação cultural dentro de determinadas culturas. O tema é sempre debatido nos encontros de Conferências e Seminários, de Desenvolvimento Sustentável e de Treinamento para a Educação, que acontecem todos os anos e em todo o mundo. Portanto, vê-se assim a importância do estudo do patrimônio e da educação patrimonial em âmbito mundial.

O curso será dado para os jovens do município que estejam interessados em profissionalizarem-se nas artes e ofícios dos séculos XVIII/XIX presentes na cidade. As atividades oferecidas serão a restauração de telhados, a restauração de cantarias e a restauração de edificações. Uma base de informações chamada “núcleo ou tronco comum” sobre os temas arqueologia, princípios de conservação e cidadania, introdução ao patrimônio cultural, arquitetura e cultura brasileira serão passadas para os alunos. Dotado de informações preliminares, o jovem optará por uma das três especialidades de restauração. É necessário estar cursando ou ter terminado o 2º grau, pois o curso é de educação continuada. Cada aluno receberá uma bolsa para motivar os estudos, dois uniformes para a realização das atividades e todo o equipamento necessário para o trabalho de materiais.

Figura 2 – Esquema da grade curricular do curso



Todos os gastos, incluindo uniformes, bolsas, visitas técnicas e locais de visita serão cobertos pela própria Prefeitura Municipal e/ou mediante acordos entre instituições patrimoniais, empresas locais e associações específicas, sendo sugerido aqui um acordo com a Asociación Española de Cooperación Internacional y Desarrollo.¹⁹

Durante o curso serão realizadas três visitas técnicas. Duas delas em Sabará e uma em Ouro Preto. A visita em Ouro Preto mostrará um exemplo diverso do que os alunos reconhecem ou entendem ser patrimônio. A primeira visita em Sabará é para o aluno conhecer, com a ajuda de um guia, a sua própria cidade. A segunda será reservada para a prática de restauração de um bem municipal, a ser realizada no final do curso, demonstrando a eles mesmos e às sociedades o benefício e o aprendizado adquirido. Pretende-se com as visitas possibilitar ao aprendiz ver *in loco* o que aprendeu, experimentando o objeto estudado em seu contexto. O objetivo é provocar a dialética entre a teoria e a realidade.

É necessário observar que o curso conterà aulas expositivas e práticas dentro e fora da sala de aula, sendo o trabalho final uma forma de demonstrar a seus moradores o valor social do curso em sua prática. Esse trabalho final será a reconstrução de um bem municipal importante para a maioria dos membros da classe, sendo a edificação escolhida por eles, com o auxílio dos professores e instituições patrimoniais locais.

Aqueles que concluírem o curso, obedecendo ao grau de frequência pré-estabelecido por um edital, receberão diploma que atestará a capacidade do indivíduo em trabalhar materiais como madeira, pedra e suas respectivas técnicas, que terá validade nacional. Os formados sairão com os diplomas “*Profissional em Técnicas de Restauro e Conservação de Telhados*”, “*Profissional em Técnicas de Restauro e Conservação de Cantarias*” e “*Profissional em Técnicas de Restauro e Conservação de Edificações*”. Como premiação e incentivo, todos os alunos da turma ganharão os instrumentos utilizados por eles mesmos durante o curso.

Os três melhores alunos, 1 (um) de cada especialização, selecionados pelos professores, ganharão uma viagem de ida e volta para Salvador - com tudo pago pela verba disponível para o curso - com o objetivo de conhecerem os projetos sociais realizados pela Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), além de um estágio remunerado de 6 (seis) meses em uma instituição patrimonial.

¹⁹ Essa Associação trabalha a cidadania com os jovens através do patrimônio. Salvador é um dos locais trabalhados pela AECID.

A profissionalização desses atores sociais locais gerará uma mão-de-obra que poderá ser absorvida pelo poder público e pela iniciativa privada quando estes forem incumbidos de restaurar algum bem municipal ou por profissionais da área de patrimônio, pois faltam pessoas qualificadas para trabalhar. E todo esse esforço é um investimento para o desenvolvimento do turismo e da conservação e venda do patrimônio local.

Como forma de aproximar vivências e pessoas diversas da comunidade, algumas aulas de restauração e palestras podem ser dadas por profissionais locais, conhecidos pela sociedade e conhecedores do legado cultural local. Esse diálogo entre pessoas com potenciais afinidades estenderá o assunto para outros espaços como a discussão dentro de casa. A conversa trará a tona papéis individuais e coletivos na gestão do patrimônio, obrigações e deveres.²⁰

A cidade de Sabará, de acordo com um funcionário da Secretaria Municipal de Cultura, já conta com uma equipe formada por um pedreiro e um marceneiro experientes que fizeram o Curso Técnico em Conservação e Restauração de Bens Culturais na FAOP (Fundação de Arte de Ouro Preto). Estes dois funcionários trabalham com um grupo de ajudantes locais que cuidam da parte de construção e restauração dos bens imóveis, preparando massas para reboco e aplicando as técnicas dadas pelos instrutores. Logo, já se percebe, em relação ao curso, a existência de um elo entre mestres e aprendizes.

Todos os professores e as atividades propostas por eles passarão por avaliação junto à comissão formada especificamente para esse curso. Outros esforços serão feitos para aperfeiçoar ainda mais o aprendizado como a formação de uma biblioteca com informações específicas sobre os assuntos tratados. O espaço físico da biblioteca poderá ser concedido pela Prefeitura ou por empresas público/privadas. Os livros poderão ser doados por instituições pertencentes ao projeto ou comprados mediante verba.

Como forma de avaliação de resultados, o curso pretende estimar o grau de conhecimento adquirido pelos alunos, ou seja, avaliar o que sabiam sobre patrimônio antes e depois do curso. Para isso, seguindo o modelo de medição de resultados utilizado por Cohen, Campeny e Somonte (2008), será passado um questionário, no início do curso, para todos os discentes. O conteúdo será de perguntas básicas, como: o que é patrimônio, para quê ele existe e para quem, e quem deve cuidá-lo. A atividade se repetirá no final do curso, ou seja, o mesmo

²⁰ Outro curso que objetiva motivar o conhecimento e a participação dos moradores nas questões patrimoniais locais está sendo feito por Neuma Horta (2008). Sua proposta de trabalho pretende fazer com que os belo-horizontinos tomem conhecimento dos elementos histórico-sociais e turísticos existentes em Belo Horizonte, favorecendo assim uma maior valorização da capital mineira pelos próprios moradores.

questionário será aplicado para os alunos, medindo, assim, o progresso individual e de toda a turma. Relacionando-se o grau de incidência das respostas em relação ao número de alunos, por exemplo, será possível medir, matematicamente, o progresso conceitual do ensino patrimonial. Dessa maneira, abordar-se-á no curso temas como a importância de se conhecer o passado, a necessidade urgente de se preservar e defender o patrimônio cultural e de se respeitar as diferenças culturais presentes e passadas.

As sociedades também poderão participar de algumas atividades do curso. Haverá aulas para os alunos regularmente matriculados e aulas especiais para os moradores que queiram saber um pouco mais sobre a questão patrimonial. As aulas e palestras abertas ao público serão as mesmas para a formação básica do aluno regular. Para essas aulas a Prefeitura disponibilizará ônibus com horários e rotas específicas, de modo a atender a todos os moradores do município.

Além de possibilitar uma inclusão no mercado de trabalho, o curso trabalhará a inclusão social, a gestão municipal, os direitos e os deveres do cidadão, enfim, a democratização da sociedade.

A visibilidade desta atividade patrimonial na cidade de Sabará terá impacto direto nas questões culturais, o que refletirá no andamento do turismo local, política muito trabalhada atualmente pelo município. Os números relacionados ao desemprego e a falta de qualificação profissional dos jovens podem diminuir com uma política patrimonial que vise não só o patrimônio em si, mas, também, a questão social.

Pensar e desenvolver a relação existente entre grupos sociais distintos, focando-se aqui a relação entre mestres e aprendizes, é ampliar o campo de ação e de percepção sobre o patrimônio, pois os mestres, detentores do saber técnico, é que sabem, por exemplo, o tipo do terreno em que o bem está assentado e como esse deve ser trabalho. É o mestre quem sabe quais as ferramentas utilizar para conseguir um resultado de boa qualidade em menor tempo e como analisar o serviço para verificar a sua eficiência e a sua eficácia. E nesse ambiente tecnicista de conhecimento surgem fatos cotidianos interessantes e curiosidades acerca da importância das artes e ofícios na era pré-industrial e da nova conotação social que esta adquiriu na era atual. Para ilustração, na era pré-industrial brasileira – séculos XVIII e início do XIX- os ambulantes compravam metais velhos e, por meio de instrumentos, os reformavam ou os transformavam em novos produtos a serem vendidos à população. Esse era um ofício com que muitos homens sustentavam suas famílias. E como forma de aumentar a renda e inserir os filhos nesse mercado de trabalho, os pais passavam aos seus descendentes

os ensinamentos e as melhores técnicas de produção para aumentar a qualidade do produto. Da mesma forma, muitas mulheres daquela época eram responsáveis pela fabricação dos vasilhames para a cozinha, dos equipamentos para fiagem e tecelagem e das ferramentas para os trabalhos em cerâmica. As crianças, por meio da influência dos pais e/ou pouco recurso financeiro, fabricavam seus próprios brinquedos. O trabalho manual era vinculado à vida das pessoas²¹. Hoje, depois de um período de marginalização²², a prática das artes e dos ofícios retorna como atividade que necessita ser resgatada com o intuito de se promover o entendimento histórico-cultural dos agrupamentos humanos. As práticas ancestrais são vistas, atualmente, como a arte dos antigos.

Um ensino que contemple a arte, segundo Villalvilla, Merillas e Masachs (2003), como o proposto pelo Curso de Educação Patrimonial Profissionalizante, atende a cinco áreas do desenvolvimento humano: corporal, afetiva, social, moral e cognitiva.

Este estudo amplo e aprofundado das artes e ofícios sabarenses dos séculos XVIII e XIX faz com que a prática deixe de ser uma atividade técnica, profissional e ocupacional para se converter em uma dimensão vivencial, ligada à existência do homem.

Os ganhos para a referida sociedade poderão ser mais bem avaliados com o passar dos anos. Isso quer dizer que a política patrimonial, assim como outras políticas que interfiram no campo social, necessitam de um tempo para serem absorvidas pela população, pois trabalha o comportamento. Dessa forma, quando esses novos valores forem arraigados será muito mais fácil gerir e manter o patrimônio local, já que este contará com a ajuda da comunidade.

Considerações Finais

A maneira de pensar dos moradores de uma localidade acerca do seu patrimônio interfere no comportamento social dessas pessoas. Pode-se pensar que, até certo ponto, o ato de educar a sociedade sobre o seu patrimônio freia a violência entre os moradores e contra o patrimônio público, já que há a reconfiguração dos saberes provenientes das vivências individuais quando outros aspectos dessa mesma vivência são trabalhados junto ao indivíduo. (CAMPAM, 1997).

21 Para mais informações sobre os ofícios existentes no Brasil nos séculos XVIII/XIX ver Museu de Artes e Ofícios.

22 Com a industrialização e a produção em série os produtos artesanais foram vistos como de baixa qualidade e inadequados para um período em que as máquinas eram símbolo de modernização das sociedades.

No campo teórico, a argumentação das questões patrimoniais promove o dinamismo informacional sobre as representações culturais. Esse é o meio de demonstrar que, ao contrário do que se pensa, o legado cultural e a sua representação material – manifestações e o patrimônio edificado – são dinâmicos, estando abertos a discussões e a modificações estruturais ou ritualísticas.

No campo prático, o ensinamento acerca das práticas e técnicas das artes e ofícios do século XVIII e XIX permitirá a conservação de todo o patrimônio edificado local de acordo com as técnicas tradicionais, preservando-se assim as suas características originais.

Esse novo saber ou a forma crítica de processar o conhecimento pré-existente fará com que os alunos do Curso de Educação Patrimonial Profissionalizante percebam que as ações do passado moldaram o presente e que as expectativas com relação ao futuro estão atreladas também ao presente.

O estudo de caso sobre a cidade de Sabará serviu para ilustrar um exemplo concreto onde a Educação Patrimonial tem vasto campo para aplicação. Mas, todo e qualquer município pode e deve se utilizar desse instrumento de educação para aumentar a estima do indivíduo com o seu local de moradia, pois a melhora social pode ser significativa, beneficiando a todos.

REFERÊNCIAS

AECID – Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo. Disponível em: <[HTTP://www.aecid.es](http://www.aecid.es)>. Acesso em: jan. de 2008.

BRASIL. *Ministério da Educação*. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=265&Itemid=255>>. Acesso em: Nov. 2007.

BRASIL. *Ministério do Trabalho* – Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília: SEFOR, 1995. 23p.

BRASIL. *Ministério do Turismo*. Plano Nacional de Turismo 2007-2010 Uma Viagem de Inclusão. Brasil, 2007. 83p.

BESSEGATTO, Mauri Luiz. *O patrimônio em sala de aula: fragmentos de ações educativas*. Santa Maria: Evangraf, 2004. 80p. Produzido pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – Universidade Federal de Santa Maria.

BEZERRA, Márcia. Educação [bem] patrimonial e escola. In: NAJJAR, Jorge; CAMARGO, Sueli (Org.). *Educação se faz (na) política*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2006. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. (Série Práxis Educativa).

SILVEIRA, F. L. A. ; BEZERRA, M. . Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: Eckert, C.; Lima Filho, M.F.; Beltrão, J.. (Org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Florianópolis: Nova Letra/ABA/Fundação Ford, 2007, v., p. 11-21.

CAMPAM, Adriana. *Educação Patrimonial: uma experiência em busca de uma inovação no ensinar e no aprender*. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/243/243>>. Acesso em: Nov. 2008.

COHEN, María Lorena; CAMPENY, Sara M. López; SOMONTE, Carolina. *Curso Taller: Que és hacer arqueologia? Presentación de uma experiência educativa*. Disponível em: <file:///htm/articulos/lopez_cohen_somonte.htm>. Acesso em: jan 2008.

ECKERT, C. *Memória e Identidade: ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão (La Grand-Combe, França)*. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 1993

ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, 1º, Tubarão, 2001. Caderno de resumos/Encontro Sul-Brasileiro de Educação Patrimonial.Org. Núcleo de Pesquisa em educação Patrimonial (NUNEP) – Tubarão: Unisul, 2001. 78p.

FARIA, Nathalie Danif Moreira de; MARTINS, Alberto Fagundes et al. *Educação Patrimonial em Sabará: Proposta e Ação do Projeto “Sabará – Memória e Vida”*, Belo Horizonte, 2005. Monografia do curso de Turismo, Centro Universitário Newton Paiva, 2005.

FARIA, Nathalie Danif Moreira de. *A Visão dos principais responsáveis pelo patrimônio de Sabará sobre o legado cultural local*. Brasília. Universidade de Brasília – Centro de Excelência em Turismo, 2007.

FARIA, Nathalie Danif M. de. *Curso de Educação Patrimonial profissionalizante: instrumento de inserção social para jovens de 14 a 18 anos moradores da cidade de Sabará*. (Dissertação)- Mestrado Profissional em Turismo. Universidade de Brasília – Centro de Excelência em Turismo, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. 294p.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. *O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares*. In: Diálogos – Revista do Departamento de História do Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual de Maringá. Vol.9, número 1, 2005. P.33-47.

FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO. *Curso técnico em conservação e restauração de bens culturais*. Disponível em: <<http://www.faop.mg.gov.br/?action=interna&sec=4&cat=4&con=20>>. Acesso em: nov de 2008.

HANDLER, Richard. *On Having a Culture: Nationalism and the Preservation of Quebec's Patrimoine*. In: STOCKING Jr, George W. *Objects and Others: The University Of Wisconsin Press, Madison*. 2002. P. 192-215.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial*. In: REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL: museus, 2005. P.221-233

IBGE. *População residente em Sabará*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: outubro de 2007

LEWGOY, Bernardo. *A invenção de um patrimônio*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFRGS. Rio Grande do Sul, 1992.

MANTECÓN, Ana Rosas. *Lãs jerarquías simbólicas del patrimonio: distinción social e identidad barrial em el Centro Histórico de la ciudad de México*. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/articulos/patrim01.htm>. Acesso em: 10 ago. 2007.

MERILLAS, Olaia Fontal. *La educación patrimonial: teoría y práctica en la aula, el museo e internet*. 1 ed. Gijón (Asturias): Ediciones Trea, 2003. 303p.

MORAES, Allana Pessanha. *Educação patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural*. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf>. Acesso em: nov 2008.

MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Os trabalhos e profissões dos brasileiros nos séculos XVIII a XX*. Disponível em: www.mao.org.br. Acesso em: novembro de 2008.

OMT – Organização Mundial do Turismo. Disponível em: <<http://www.e-unwto.org/browse/subject.mpx>>. Acesso em: nov 2008.

OLIVEIRA, Fabiana de; SOARES, André Luis Ramos. *Educação Patrimonial na Vila de Santo Amaro do Sul, RS; resgate do patrimônio e inserção do tema no currículo escolar*. Disponível em: <<http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/TExtos/Artigos/fabiana.pdf>>. Acesso em: nov 2008.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. Niterói patrimônio: a melhor coisa para Niterói é a vista do Rio. In: MARTINS, Ismênia de Lima; Knauss, Paulo (orgs.). *Cidade múltipla: temas de história de Niterói*. Niterói: Prefeitura de Niterói, 1997. P.217-228.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. *Dados sobre infratores*. Sabará, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ. *Informações sobre o turismo*. Acesso em: setembro de 2007. Disponível em www.sabara.mg.gov.br.

RANGEL, Marília Machado. Educação Patrimonial: conceitos sobre patrimônio cultural. In: Secretaria de Estado da Educação (Org.). *Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. Lições de Minas, 23. p. 15-36.

REDE COLABORATIVA SABARÁ. *Diagnóstico local da criança e do adolescente: indicadores das áreas temáticas*. Rede colaborativa Sabará, abril de 2004. Disponível em: <<http://redesabara.org.br/anexos/63.doc>>. Acesso em: dez 2007.

SABARANET. *Informações sobre Sabará*. Disponível em: <<http://www.sabaranet.com.br>>. Acesso em: dez 2007.

TAMASO. Preservação dos patrimônios culturais: direitos antinômicos, situações ambíguas. In: RAMOS, Alcida Rita; LARAIA, Roque de Barros; BARRETO, Henyo Trindade Filho. *Anuário Antropológico/98*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002. P.11-49.

VILLALVILLA A. Fernández; MERILLAS O. Fontal; MASACHS, Roser Calaf. Aprender arte en la escuela: el humanities project guía la experiencia con escolares de 8-10 años. In: MASACHS, Roser Calaf (Coord.). *Arte para todos: miradas para enseñar y aprender el patrimonio*. Edicionaes Trea, S.L. 2003, 175 p.